

A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DO CONE SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL AO TERRITÓRIO NACIONAL¹

Walter Guedes da Silva²

Marina Evaristo Wenceslau³

Resumo

Ao discutir o processo de integração do Sul do Mato Grosso do Sul ao território nacional, foi possível entender que tal integração foi parcial, seletiva e excludente, uma vez que nem todos os municípios e produtores dessa Região mudaram seu eixo de acumulação para os produtos que se apresentaram como nova oportunidade de acumulação, como é o caso da soja, do milho e do trigo. Na busca de melhor precisar nosso estudo, delimitamos a região de Dourados, localizada no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, composto por 13 municípios, para que pudéssemos atender ao nosso objetivo, que consiste em analisar o processo de integração produtiva dos municípios dessa Região com o território nacional. Enquanto procedimento metodológico realizou um levantamento bibliográfico e documental das políticas de desenvolvimento regional, fundamentado em análises de textos (principalmente a produção bibliográfica regional) e dados estatísticos, que serviram de base para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Enquanto fundamentação teórica, recorremos às abordagens geográficas que discutem os avanços das relações capitalistas de produção sobre o campo, que subordinam o capital agrícola ao capital agroindustrial, contribuindo para o estabelecimento de novas relações sociais pela capitalização das unidades produtivas, gerando tanto a integração produtiva como a exclusão de produtores.

Introdução

O sistema de acumulação capitalista, enquanto modo de produção mundial, realizou transformações sociais, políticas e econômicas que modificaram substancialmente as relações de produção no campo e na cidade. O período pós Segunda Guerra Mundial (1945) deve ser pensado como novo período de organização do capitalismo mundial, com evidências de um mundo cada vez mais dinâmica, moderno, acelerado e sem fronteiras, onde o mercado se globaliza e o capital parece não ter pátria. As inovações tecnológicas, organizacionais e políticas são capazes de ditar regras ao sistema produtivo mundial, conduzindo, via modernização, à mudanças no padrão produtivo mundial.

¹ Trabalho financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² Geógrafo, mestre em Desenvolvimento Sustentável, doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. E-mail: guedes@uems.br.

³ Historiadora, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela mesma Universidade. Professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. E-mail: marinaew@uol.com.br.

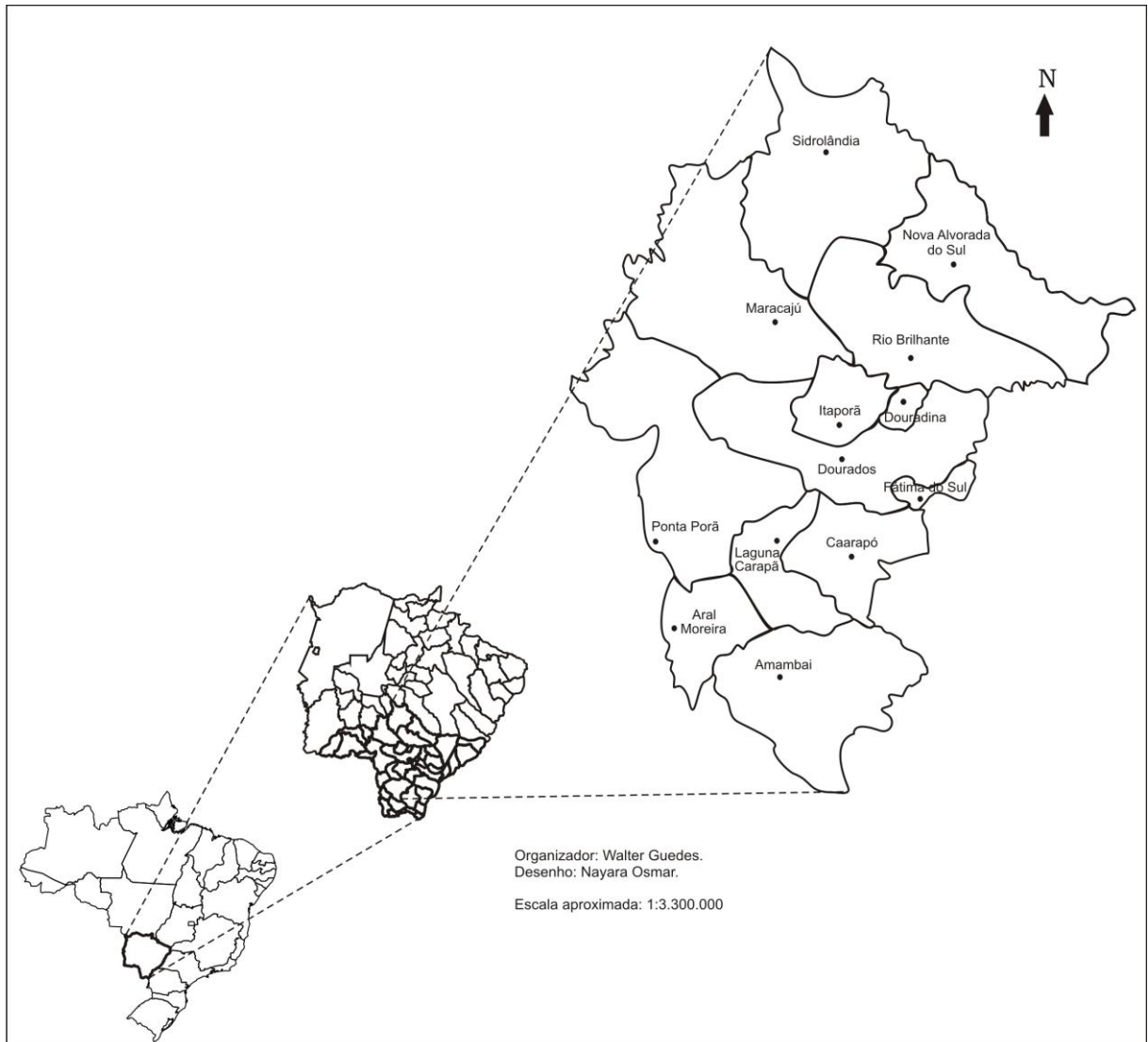
A tendência à globalização dos mercados impôs à agricultura um padrão produtivo condizente com a lógica de acumulação capitalista, que em função das transformações produtivas em curso no campo, conduziu a agricultura a uma produção integrada ao capital industrial. Uma integração econômica que se processou tanto pela industrialização da agricultura como pela sua agroindustrialização, sendo esta a principal expressão do processo de internacionalização do capital na agricultura, pois foi via agroindústria que o campo se articulou com o mercado mundial.

A integração produtiva do campo ao capital industrial não se processou para todos os estratos produtivos, muitos trabalhadores, produtos e regiões não foram inseridos à moderna dinâmica produtiva integrada ao capital agroindustrial, ficando à margem da moderna produção agrícola. Mesmo os produtores e/ou regiões produtivas que migraram do modo tradicional de produção para o moderno padrão agrário, sua inserção ao processo produtivo não foi homogênea, a integração seleciona “quem” e “o que” será integrado conforme os interesses do capital e do Estado vigente.

Os mesmos arranjos produtivos que permitem a integração produtiva de determinadas regiões ao capital agroindustrial, também podem ser os responsáveis pela (des)integração da economia regional preexistente nesta região, haja visto que as atividades tradicionais não são capazes de concorrerem com o dinamismo das modernas atividades agrárias. Podemos afirmar que, do ponto de vista sócio-territorial, a integração produtiva da agricultura com o capital industrial foi seletiva e excludente.

Neste contexto, discutir a integração entre o campo e o capital agroindustrial é o desafio que move este trabalho e que tem como objetivo analisar o processo de integração da região produtiva de Dourados ao território nacional no período de 1976 a 2006. Esta Região está localizada na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-oeste do Brasil, sendo composta por 13 municípios: Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Itaporã, Laguna Carapã, Maracajú, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.

Mapa 1: Brasil – Estado de Mato Grosso do Sul - Região produtiva de Dourados



A integração produtiva

Ao longo de todo o século XX, a idéia de integração foi se incorporando no discurso de economistas e cientistas políticos, sendo utilizada em vários sentidos, como o de integração vertical e horizontal, integração entre países e regiões, etc. Para Alberto Passos Guimarães “a integração é uma modalidade da centralização de capitais; é um meio pelo qual uma unidade econômica qualquer se une a outras para alcançar um grau mais elevado de acumulação de capitais e, portanto, uma rentabilidade econômica superior”⁴.

A integração não é um fenômeno que se dá igualmente em todos os espaços, ela se dá sob várias formas e aspectos, podendo ser uma integração física, onde a

⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 99.

circulação e a comunicação tendem a serem eficientes; integração de mercado, onde a principal característica é a diminuição ou queda das barreiras que impedem a consolidação de um mercado; integração produtiva, onde a perspectiva produtiva é a grande unidade que comanda a integração com o território que se caracteriza pela integração de mercados consumidores; etc. Vale dizer, que um tipo de integração não elimina a outra, ao contrário, costumam se processar de forma articulada e muitas vezes dependente.

Rolim & Carleial chamam a atenção para a palavra “integração” no que se refere a aparente atmosfera otimista que o termo costuma sugerir, como se esta fosse sinônimo de algo desejado. Para os autores, do ponto de vista nacional, a integração desintegra as economias regionais que passam a interessar, para a economia nacional, enquanto regiões especializadas na produção de determinados produtos, conforme os interesses do capital. “Esse processo de especialização para a produção nacional implica na desagregação das atividades preexistentes e na concentração de esforços naquelas atividades em que se está dando a especialização”⁵.

A integração produtiva traz consigo a desintegração das atividades tradicionais e a “formação de uma estrutura produtiva extremamente dependente e subordinada”⁶, o que exige, em nossa análise, um esforço científico para compreendermos a natureza do processo de integração produtiva da região de Dourados ao território nacional, de forma a ultrapassar a aparência dos fenômenos, haja visto que a integração tende à falsa idéia de homogeneização, e busca compreender como as relações produtivas são articuladas e conectadas a uma estrutura produtiva dominante, capaz de subordinar a estrutura produtiva regional.

Se uma região agrícola é definida em função do seu processo produtivo, cuja produção pode ser alterada no tempo e no espaço, a região produtiva de Dourados foi definida pela mudança no padrão agrário de produção ocorrida a partir do início dos anos 70 do século XX, quando houve a modernização do campo nesta Região e a ascensão das modernas lavouras de grãos, principalmente a soja que, articulada à agroindústria esmagadora e refinadora de soja, tornou-se a principal atividade agrícola de acumulação capitalista no campo na região de Dourados.

⁵ ROLIM, Cássio F. C.; CARLEIAL, Liana M. de F. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial de algodão no Ceará. In: **Espaço & Debate**. Ano XIV, n.º. 38. São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, 1994, p. 29.

⁶ *Idem, ibidem*.

É preciso frisar que uma região produtiva não se mantém com as mesmas formas de produção e interação e, conseqüentemente, de configuração geográfica, o que exige um esforço de análise do comportamento produtivo desta atividade ao longo do tempo, como afirma Milton Santos, “para cada produto ou região produtiva, a periodização não será a mesma, e isso se dá em virtude do tipo de relações internas e externas exigidas por cada produto ou atividade”⁷.

Integração pelas tradicionais atividades agroexportadoras

Quando discutimos que a integração da região de Dourados com o território nacional se processou com as lavouras de grãos a partir de meados dos anos de 1970, principalmente a soja, não estamos suprimindo a existência de outras formas de integração, seja com o território nacional ou com o mercado internacional. Desde o final do século XIX, esta mesma Região assistiu, pelo menos, a outras duas formas de integração com o mercado internacional, que se deu após a Guerra do Paraguai em 1870, quando o capital estrangeiro atuou na região de Dourados integrado-a, pela produção das tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva mate, ao mercado externo.

As fazendas de gado

Findada a Guerra do Paraguai, muitos fazendeiros de gado que haviam se refugiado em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, tiveram que recompor seu gado e as benfeitorias de suas propriedades destruídas durante a Guerra. Com o retorno dos mesmos e o enfraquecimento do Estado Paraguaio, muitas empresas estrangeiras investiram em fazendas de gado na Região, que já possuíam uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural, herança das sesmarias. “Os investimentos estrangeiros em latifúndios pastoris se explicam por exigirem estes relativamente pequeno capital, proporcionavam lucro fácil, com mão-de-obra restrita e barata, havendo ainda, com o decorrer do tempo, valorização do imóvel”⁸. Acrescenta-se ainda a oferta de terras fartas e baratas, a abundância de matéria-prima e a demanda do mercado nacional e internacional por carne bovina.

⁷ SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª. edição. São Paulo: Edusp, 2008, p. 98.

⁸ VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do planejamento do município de Corumbá. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 1, nº. 34. Rio de Janeiro: Fundação Seade, 1972, p. 115.

Segundo Valmir Corrêa, a Guerra do Paraguai trouxe novas oportunidades de exploração dos recursos regionais ao ter possibilitado a abertura do Rio Paraguai à navegação, abrindo “a brecha necessária aos investimentos de capital na região mato-grossense, tanto no setor da produção agropecuária como, principalmente, no comércio importador-exportador⁹”. A expansão das fazendas de gado só foi possível pelo investimento de capitais estrangeiros que adquiriram centenas de milhões de hectares para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Nesse contexto, a posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizando um processo de concentração de terra e de formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender sua própria força de trabalho¹⁰.

Os constantes conflitos armados pelo domínio regional limitaram uma maior expansão do gado na Região, fato este que não ocorreu no extremo Oeste e Norte da Província de Mato Grosso, onde as fazendas de gado expandiram-se rapidamente. Mesmo assim, a pecuária ampliou as possibilidades de ganhos com o desenvolvimento das charqueadas: “Esse número aumentaria ainda mais quando, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, se verificou um grande aumento na demanda internacional por carne¹¹”. Até 1923 existiam 22 charqueadas em todo o Mato Grosso, destes, 5 localizavam-se em Três Lagoas e 6 em Campo Grande.

O aumento das charqueadas deu-se, principalmente, pela conjunção de 4 aspectos: aumento da demanda dos mercados Platinos, onde o município de Corumbá, fronteira com a Bolívia, assumiu o papel de principal entreposto de comercialização e exportação dos charques e dos derivados do gado; excedente bovino baratos e subutilizados, segundo Arrojado¹², mais da metade do rebanho bovino no Sul de Mato Grosso, entre 1907 a 1908 não foram comercializados; crescente demanda dos mercados do Rio de Janeiro e do Nordeste brasileiro; e abertura do transporte fluvial, que possibilitou uma nova rota de escoamento da

⁹ CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)**. 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 52.

¹⁰ *Idem*, p. 72.

¹¹ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 411.

¹² *Apud* MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**. Vº. 1, nº. 1. Santa Catarina: UFSC, 1986, p. 48. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em 10/09/2010.

produção. Além dos países Platinos, o charque era exportado para Cuba e Inglaterra.

Além da pecuária bovina, a outra única atividade econômica de expressão localizadas na região de Dourados no final do século XIX e início de século XX foi a erva mate. Ambas, gado e erva mate, impuseram uma organização regional com predomínio da grande propriedade rural, sendo as principais forças de ordenação dessa Região, que se estruturaram em função do capital estrangeiro.

A exploração da erva mate

Após o término da Guerra do Paraguai, a exploração da erva mate na região de Dourados configurou o território regional caracterizado por 3 aspectos: associação do Estado e do capital estrangeiro na exploração da erva mate; monopólio da empresa Cia Matte Larangeira na exploração da erva e domínio e controle territorial, com uso de práticas escravagistas, que impediram/limitaram o desenvolvimento de outras atividade econômicas e a ocupação regional.

Fundada em 1882, a Empresa Matte Larangeira impôs um domínio político e territorial na região com a exploração e comercialização da erva mate. A exploração dos ervais em grandes propriedades, juntamente com as fazendas de gado, contribuíram para que a região de Dourados se configurasse por grandes latifúndios, dando à Região, a impressão de um “vazio” demográfico.

Nas áreas exploração por ervais, a empresa utilizou-se da força e da repressão àqueles que ameaçassem seu império, inibindo definitivamente o interesse de qualquer um que se aventurasse no desenvolvimento de outra atividade econômica sem sua “benção”. Luta, sangue e morte era o preço que se poderia pagar aos que enfrentassem a Empresa.

Se não bastasse o direito de exercer o poder de polícia na Região, a Empresa Matte Larangeira conseguiu a concessão na cobrança dos impostos pela exportação da erva-mate em todo o território que atuava, eis porque a Empresa constituiu-se, no dizer de Gilberto Arruda, num “Estado dentro do Estado”¹³. Segundo o autor, as relações entre o público e o privado confundem-se, onde o capital privado utiliza-se dos recursos públicos a seu favor, o que acarretou: no monopólio dos arrendamentos das terras devolutas, no esvaziamento da

¹³ ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra**: Os trabalhadores da Matte Larangeira. Assis: Universidade Estadual de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1989, pp. 37-65.

administração pública, no beneficiamento do capital privado em detrimento do benefício social, na dominação e submissão dos trabalhadores e moradores dos ervais por parte da empresa e na incorporação de atividades da função pública como inerentes da iniciativa privada.

A atuação da Empresa Matte Larangeira foi decisiva para que o território regional se configurasse com base na grande propriedade rural. A presença de alguns pequenos produtores em terras dos ervais não contribuiu para que se alterasse a configuração regional pautada nas grandes fazendas de gado e erva.

Mas esse quadro é profundamente alterado nos anos 30 do século XX. Além das migrações dos sulistas para a Região e dos conflitos que aí se sucederam, houve o despertar da Argentina para a concorrência com os ervais brasileiros. As idéias de parcelamento das terras da Matte Larangeira cresceram. Um período marcado de discussões a respeito da atuação da Empresa e da necessidade de extinguir seu monopólio para que outros produtores e atividades se desenvolvessem.

O Projeto de colonização do governo Getúlio Vargas

O golpe final que desestruturou definitivamente o poder da Empresa Matte Larangeira foi a política da “Marcha para o Oeste” do governo Vargas em 1937, que visou ocupar o território brasileiro em seus “espaços” vazios. Entre outras ações, o Governo criou, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que distribuiu mais de 8.800 lotes rurais com aproximadamente 30 ha para trabalhadores de diversas partes do Brasil.

O movimento migratório de trabalhadores em busca de nova oportunidade na região de Dourados cresceu rapidamente com a chegada de um grande exército de trabalhadores que eram: nordestinos, paulistas, paranaenses e mineiros. A produção na Colônia cresceu e se diversificou com a produção de: algodão, arroz, milho, feijão, mandioca e gado, com estímulos para abastecer o mercado local.

A política do Estado Novo imprimiu uma estratégia de desenvolvimento nacional abrigada no discurso nacionalista e em diretrizes centralizadoras, orientada para ocupar o “vazio” demográfico. Tal opção vinha de encontro com a idéia de fazer coincidir a fronteira política com a fronteira econômica, que se daria pela (re) estruturação do território em pequenas propriedades, como mecanismo de

ampliação e diversificação da produção e de integração do mercado interno nacional cativo à indústria nacional.

A modernização do campo e a integração produtiva da região de Dourados ao território nacional

A partir dos anos de 1970, a região de Dourados tornou-se mais um nicho de mercado para a acumulação industrial via agroindustrialização, não desempenhando tão somente a função de celeiro produtivo, mas de um cliente da indústria por meio da modernização do campo.

Esta Região sofreu profundas alterações na estrutura produtiva agrícola, com ascensão das modernas lavouras de grãos destinadas ao mercado internacional. Sua inserção à dinâmica produtiva integrada ao mercado externo criou condições para que essa Região também se integrasse ao território nacional, configurando uma moderna estrutura produtiva. Tal integração foi orientada àqueles que puderam responder, de forma satisfatória, à expansão das agroindústrias e a capacidade de endividamento junto ao sistema financeiro. Uma integração seletiva do ponto de vista social que define o que será integrado – no caso a leguminosa soja; e excludente do ponto de vista territorial, que define quem não será integrado – o pequeno produtor.

Com a atuação do capital agroindustrial na região de Dourados a partir de meados dos anos 1970, novas relações sociais são estabelecidas, engendradas pelas novas forças produtivas que são introduzidas na cadeia produtiva, gerando diversificadas e complexas relações sociais, provocando tanto a integração de produtores, com a capitalização de suas unidades produtivas, como a exclusão ou não-integração de outros.

As mudanças que se processaram no campo, pela modernização das atividades agrárias com a produção voltadas a atender o novo padrão de produção, excluíram os pequenos produtores familiares que não mudaram seu eixo de acumulação para as modernas atividades que se processavam.

Para sobreviver na acirrada competição com as modernas lavouras de grãos, muitos dos pequenos produtores dedicaram-se às culturas consorciadas, a principal era o café, as secundárias feijão, milho, arroz e soja. As pequenas propriedades que não se dedicaram a cultura da soja apresentaram algumas adversidades para se consolidarem no mercado, levando muitos produtores ao fracasso e ao abandono da lavoura. Segundo o Relatório de Pesquisa da Superintendência de Desenvolvimento

do Centro-Oeste, os principais motivos do abandono das lavouras por parte dos pequenos produtores¹⁴ era a fraqueza das terras e diminuição dos rendimentos com a lavoura; a desvalorização de alguns produtos cultivados como o amendoim; dificuldade de viabilização de financiamentos; a diminuição da mão-de-obra familiar com desagregação das famílias que vêm seus filhos mudarem para a cidade; e a insegurança do produtor em trabalhar com a lavoura, pois as intempéries naturais como chuvas ou secas e a erosão, podiam acarretar em perda total de sua lavoura que já era reduzida. Esse cenário caracterizado pelos impedimentos leva ao crescimento das áreas de pastagem

Para superar as dificuldades de produção no campo, os pequenos produtores recorrem à diversificação agrícola não apenas para sua subsistência, mas enquanto alternativa aos rendimentos sazonais de culturas como a do algodão, a da soja, a do feijão e do arroz possibilitam rendimentos a curto prazo, assim, a inserção de novas atividades capazes de gerar renda mais de uma vez por ano eram necessários para a própria sobrevivência dos produtores.

Nestes termos, partir dos anos 70 do século XX, as lavouras de grãos introduzidas na Região num contexto de modernização e produção voltada para exportação passam a contar com forte apoio do Estado no fomento da pesquisa, assistência técnica, crédito, construção de infra-estrutura, etc. Na região de Dourados, a lavoura que mais recebeu investimentos e estímulo produtivo foi a soja, que era consorciada com a cultura do trigo.

Desde o final do século XIX até os tempos atuais, a integração da região de Dourados ao território nacional e ao mercado externo, deu-se de diferentes formas, com distintas atividades e com diferentes recortes geográficos, que representaram momentos específicos do avanço das relações capitalistas sobre o campo. Para todos os períodos analisados uma característica que prevaleceu foi a atividade agrícola tendo elemento constitutivo deste processo de integração que se deu pelo e para o capital.

¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatório de Pesquisa na área de Grande Dourados**. Sistema de produção e êxodo rural. Manaus, 1984, p. 20.

Considerações finais

As relações capitalistas de produção que se consolidaram da região de Dourados, a partir de meados dos anos 70 do século XX, deixaram de serem pautadas quase que exclusivamente pelas tradicionais atividades produtivas da pecuária bovina e do extrativismo para se constituírem num novo eixo de acumulação vinculado às modernas lavouras de grãos.

Ao constituir esse novo eixo de acumulação, a região de Dourados foi conduzida a um processo de integração, do ponto de vista sócio-territorial, seletiva e excludente com o território nacional, em que alguns produtores não mudaram seu eixo de acumulação para as modernas lavouras de grãos e, conseqüentemente, não foram inseridos à nova dinâmica produtiva nacional integrada ao novo padrão agrário moderno de produzir.

A integração de produtores ao novo padrão agrário condizente com a necessidade de acumulação capitalista, que se insere cada vez mais à dinâmica produtiva moderna, técnica, informatizada e especializada, foi direcionada e conduzida para os produtos de maior demanda e necessidade, seja ela natural ou construída no mercado mundial, desde que os mesmos pudessem representar reais oportunidades de lucratividade à crescente acumulação capitalista que se processava na indústria.

Bibliografia:

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: Os trabalhadores da Matte Larangeira**. Assis: Universidade Estadual de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1989. 233p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatório de Pesquisa na área de Grande Dourados**. Sistema de produção e êxodo rural. Manaus, 1984.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)**. 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**. Vol. 1, nº. 1. Santa Catarina: UFSC, 1986, pp. 39-58. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em 10/09/2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; CARLEIAL, Liana Maria de Frota. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial de algodão no Ceará. In: **Espaço & Debate.** Ano XIV, nº. 38. São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, 1994, pp. 27-38.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5ª. edição. São Paulo: Edusp, 2008.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do planejamento do município de Corumbá. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. 1, nº. 34. Rio de Janeiro: Fundação Seade, 1972, pp.49-144.